

**RECURSO ESPECIAL Nº 1.789.394 - RO (2018/0343893-7)**

**RELATOR** : **MINISTRO MARCO BUZZI**  
**RECORRENTE** : **MATEUS DE LIMA BARROSO**  
**ADVOGADOS** : **ANDRE HENRIQUE SOARES DE MELO E OUTRO(S)** -  
RO005037  
**THIAGO DA SILVA VIANA** - RO006227  
**RECORRIDO** : **ESTADO DE RONDÔNIA**  
**PROCURADOR** : **LEANDRO JOSE DE SOUZA BUSSIOLI E OUTRO(S)** -  
RO003493

**DECISÃO**

Trata-se de recurso especial, interposto por **MATEUS DE LIMA BARROSO**, com amparo na alínea "a" do permissivo constitucional, no intuito de reformar acórdão proferido pelo Tribunal de Justiça do Estado de Rondônia, assim ementado (fl. 92, e-STJ):

Apelação. Prisão ilícita. Indenização por dano moral. Possibilidade. Majoração. Razoabilidade e proporcionalidade do montante arbitrado. Recurso não provido.

**1.** Consoante dispõe o Regimento Interno desta Corte Superior, a competência das Seções e das respectivas Turmas é fixada em função da natureza da relação jurídica litigiosa (artigo 9º, *caput*, do RISTJ).

Da análise dos autos, sobretudo das razões do apelo extremo, observa-se que a controvérsia reside na majoração de indenização fixada a título de danos morais decorrente de prisão ilegal do autor/recorrente, em face do Estado de Rondônia.

Com efeito, a matéria, responsabilidade civil do estado, insere-se na competência das turmas integrantes da Egrégia 1ª Seção, conforme o disposto no artigo 9º, § 1º, VIII, do Regimento Interno deste Superior Tribunal.

Essa questão, indenização por danos morais decorrente de prisão ilegal, fora apreciada pelas turmas que integram a Primeira Seção. Confira-se: (AgInt no AgInt no REsp 1465895/SC, Rel. Ministro NAPOLEÃO NUNES MAIA FILHO, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 27/11/2018, DJe 07/12/2018); (AgInt no AREsp 1245152/PE, Rel. Ministro FRANCISCO FALCÃO, **SEGUNDA TURMA**, julgado em 02/10/2018, DJe 08/10/2018); (AgInt no AREsp 1274522/CE, Rel. Ministro SÉRGIO KUKINA, **PRIMEIRA TURMA**, julgado em 21/06/2018, DJe 28/06/2018); (AgInt no AREsp 1109601/PI, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, **SEGUNDA TURMA**, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017).

**2.** Desse modo, tratando-se de matéria alusiva a direito público em geral, denota a competência de uma das Turmas que compõem a Primeira Seção (art. 9º, § 1º, VIII, do RISTJ), sendo recomendada a redistribuição do presente feito a um dos seus eminentes Ministros.

Publique-se.

Intimem-se.



# *Superior Tribunal de Justiça*

## **DIÁRIO DA JUSTIÇA ELETRÔNICO**

Edição nº 2615 - Brasília, Disponibilização: Quarta-feira, 20 de Fevereiro de 2019 Publicação: Quinta-feira, 21 de Fevereiro de 2019

Brasília (DF), 18 de fevereiro de 2019.

**MINISTRO MARCO BUZZI**

Relator

